

## ARTIGOS DOSSIÊ

Elvis de Oliveira Mendes <sup>1</sup>

### A gênese da filosofia política e o significado do “retorno” para Leo Strauss

The genesis of political philosophy and the meaning of "return" for Leo Strauss

#### RESUMO:

Neste artigo, proponho-me a responder duas questões centrais acerca do pensamento de Leo Strauss: em primeiro lugar, o que caracteriza a filosofia política em sua obra? Em segundo, qual o sentido atribuído por ele ao “retorno” aos Clássicos? A partir dessa abordagem, busco evidenciar os elementos da “ciência política antiga” que Strauss procura reativar, bem como o significado filosófico específico que confere à noção de retorno. A hipótese que sustento é que esse retorno, em Strauss, constitui uma retomada experimental de traços fundamentais do pensamento clássico, especialmente de seu caráter investigativo (*zetético*), o qual marcava a relação peculiar entre o filósofo, o cidadão comum e o estadista. Concluo, assim, que a proposta straussiana visa recuperar uma experiência de pensamento radical, ancorada na rearticulação de problemas permanentes.


#### ABSTRACT:

In this paper, I aim to address two central questions regarding Leo Strauss's thought: first, what is political philosophy for Strauss? Second, what does it mean to “return” to the Classics? This approach will serve to highlight the aspects of “ancient political science” that Strauss seeks to revive, as well as the specific philosophical meaning he assigns to this notion of return. My hypothesis is that, for Strauss, the return to the ancients functions as an experimental recovery of key elements of classical thought—particularly its investigative (*zetetic*) character—which shaped the distinctive relationship between the philosopher, the ordinary citizen, and the statesman. I therefore conclude that Strauss's project involves reclaiming a radical mode of thinking and rearticulating enduring the permanent problems.

**Palavras-chave:** Leo Strauss; Filosofia política; Retorno aos clássicos

**Keywords:** Leo Strauss; Political philosophy; Return to the classics

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense , Niterói, RJ; Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia , Uberlândia, MG, Brasil.

elvis.oliver@live.com,  <https://orcid.org/0000-0003-1303-1319>

*Não é o antiquarismo que se esquece de si mesmo e é amante da dor, nem o romantismo que se embriaga e se perde que nos induz a voltar-se com interesse apaixonado, com vontade inqualificável de aprender, em direção ao pensamento político da antiguidade clássica. Somos impelidos a fazê-lo pela crise do nosso tempo, a crise do Ocidente.*

*Leo Strauss – The City and Man*

## INTRODUÇÃO

Neste estudo, tentarei mostrar que, para Leo Strauss, compreender o que é a filosofia política e sua relação com a filosofia em sentido amplo, especialmente com o modo de vida filosófico, é o que justifica o “retorno” aos Clássicos como um passo essencial para apreender os problemas permanentes do humano enquanto humano. Para isso, será necessário examinar o significado específico do termo “retorno”, entendido como uma manobra conceitual fundamental para evitar leituras equivocadas ou superficiais da crítica straussiana à modernidade. Dessa forma, será possível perceber que a compreensão da filosofia política em sua acepção clássica, bem como a escolha pelo “retorno” aos antigos, busca viabilizar uma reflexão profunda sobre o fenômeno político em toda a

sua complexidade. Para cumprir essa tarefa, pretendo identificar os elementos da experiência filosófica clássica que Strauss procura reviver, considerando que sua imersão na literatura do passado visava lançar nova luz sobre os dilemas contemporâneos.

Diante disso, a minha hipótese é, portanto, que a proposta de retorno aos antigos deve ser compreendida como uma retomada experimental de aspectos centrais do pensamento clássico, sobretudo de seu caráter *zetético* (investigativo). Isso porque, segundo Strauss, o que distinguia radicalmente o filósofo do cidadão comum e do estadista era precisamente o empenho em buscar o conhecimento da natureza das coisas, para além das respostas convencionais e paradigmáticas que se sedimentam no imaginário da cidade. Desse modo, o que este estudo pretende evidenciar é que a filosofia política clássica, tal como entendida por Strauss, e sua proposta de “retorno” constituem um esforço de resgatar uma experiência de pensamento capaz de rearticular os problemas permanentes da existência, oferecendo, assim, uma alternativa crítica às teorias políticas modernas.

## A TEORIA POLÍTICA E A RUPTURA COM A FILOSOFIA POLÍTICA

Para Strauss, a filosofia política é um ramo (*branch*) da filosofia (STRAUSS, 1988, p. 10), interessado em entender as coisas políticas, tendo em vista que os problemas da filosofia política não são problemas exclusivamente filosóficos (Cf. Ibidem, p. 11). Portanto, “a filosofia política é aquele ramo da filosofia que está mais perto da vida política, da vida não filosófica, da vida humana, enfim” (Ibidem, p. 10)<sup>1</sup>. De fato, como explica Strauss, “a política envolve sempre pensar a mudança ou a permanência, quem deseja mudar, julga saber o que é melhor, quem pretende conservar, quer evitar uma mudança para o pior, sendo assim, melhor e pior”, isto é, o julgamento moral sobre o bem e o mal é que dá sentido à opinião política. O papel da filosofia política é justamente transformar essa opinião política em conhecimento político (Cf. Ibidem, p. 10)<sup>2</sup>.

Diante disso, Strauss exerce uma radical distinção entre o que veio a chamar de “a solução clássica” (*The classical solution*) (Cf. STRAUSS, 1988, p. 27) e “as soluções modernas” (*The modern solutions*) (Cf. Ibidem, p. 40) da filosofia política. Ora, percebe-se que no seio mesmo dessa divisão está colocado um abismo na própria tradição

da filosofia política. No entanto, deve-se compreender aqui essa divisão não como uma mera cisão de períodos, visto como um processo de transição que divide o antigo do moderno como é comumente feito com os tempos históricos. Definitivamente não se trata disso, uma vez que essa ruptura deve ser entendida como uma distinção radical na forma por meio da qual a filosofia política enxerga os aspectos não filosóficos da vida política, como a satisfação dos indivíduos, a felicidade de uma comunidade e a própria possibilidade de atualização da ideia de melhor regime.

Nesse sentido, no que tange à sua compreensão do que veio a chamar de “solução clássica”, Strauss explica que “a filosofia política clássica se caracteriza pelo fato de que estava relacionada com a vida política de maneira direta” (Ibidem, p. 78). De fato, esse aspecto seria decisivo justamente na forma a qual se dava a compreensão dos aspectos não filosóficos da vida política. Com efeito, o que está em jogo para Strauss é que essa característica fundamental da filosofia política foi rejeitada com o surgimento de uma nova filosofia política na aurora da modernidade. Assim, não havido restauração efetiva da relação entre a filosofia política e vida política (Ibidem, p. 79), a moderna filosofia política teria se convertido em teoria política. Sobre a diferença fundamental entre esses dois tipos de racionalidade política, Strauss explica que:

A solução clássica é utópica no sentido de que sua atualização é improvável. A solução moderna é utópica no sentido de que sua atualização é impossível. A solução clássica fornece um padrão estável pelo qual julgar qualquer ordem real. A solução moderna eventualmente destrói a própria ideia de um padrão que é independente das situações reais (2000, p. 210-211).

Como é possível perceber, Strauss aceita que as pretensões do modelo clássico são utópicas, já que o melhor regime só é possível de acordo com o acaso. No entanto, ele enxerga na modernidade um outro tipo de utopia, baseada na racionalização da política com vista ao progresso, mas incapaz de decidir o que é melhor ou pior para os indivíduos, por abandonar o ideal do melhor regime, da virtude e da melhor sociedade<sup>3</sup>. Na visão de Strauss, essa mudança de foco e dos fins da filosofia política se apresenta já nos próprios termos e sentidos de uso comum na modernidade. Sobre isso, vale dizer que nos dias de hoje é comum usarmos os termos filosofia política, pensamento político e teoria política de forma análoga. No entanto, a distinção entre pensamento político e filosofia política é equivalente à distinção entre opinião (crença) e conhecimento. Embora o filósofo político veja o pensamento político como parte importante de sua investigação, pensamento político não é necessariamente filosofia política. O

pensamento político está sempre engendrado em contextos particulares e afirmações nebulosas preenchidas de achismos, preconceitos e paixões pessoais. Deste modo, ele não possui nenhuma metodologia, nenhum compromisso epistemológico, ele não depende de uma disposição investigativa efetiva.

A teoria política, por sua vez, é um produto da modernidade e assume um escopo mais amplo e geral. Ela aborda questões abrangentes e se caracteriza por seu caráter imagético, sintomatológico e eminentemente teórico ou abstrato. Ao adotar essa abordagem, a teoria política nega, ainda que de forma implícita, a tradicional divisão das ciências que concebe a ciência política como um saber essencialmente prático, e, portanto, não teórico. Nesse sentido, a teoria política parte do pressuposto de que a via mais segura para uma prática política justa e adequada é a elaboração teórica pura, orientada pela racionalidade, embora essa teoria não tenha como foco principal distinguir o certo do errado ou o bem do mal. Essa postura, no entanto, foi completamente rejeitada por Strauss (Cf. STRAUSS, 1988, p. 12-13).

Ainda sobre a “teoria política”, Strauss afirma que o seu surgimento na era moderna implica que existe um conhecimento teórico das coisas políticas (STRAUSS, 2007, p. 515). Esta implicação não é de modo algum auto evidente, pois na anti-

guidade, todo conhecimento político era considerado conhecimento prático, e não conhecimento teórico (Cf. STRAUSS, 1988, p. 88). Strauss recorre à divisão feita por Aristóteles entre ciências teóricas e práticas<sup>4</sup>. De acordo com essa divisão, a filosofia política ou ciência política, juntamente com a ética e a economia, pertencem às ciências práticas. Assim como a matemática e as ciências naturais pertencem ao campo teórico. Quem usa o termo “teoria política” tacitamente nega que haja essa distinção, até mesmo porque na teoria há uma dimensão inventiva que muitas vezes desconsidera a realidade dada. Sendo assim, ao ver de Strauss, negar essa diferença significa dizer que a política ou os assuntos políticos podem ser analisados apenas na teoria, essa postura rompe radicalmente com a filosofia política que é a análise da vida política de forma efetivamente prática, e não apenas isso, mas trata-se de uma investigação acerca de questões ulteriores como qual a melhor forma de viver (Cf. STRAUSS, 2007, p. 516).

Assim, a abordagem metodológica própria da teoria política seria um dos aspectos principais característicos da ciência política moderna que teria levado a filosofia política paulatinamente à sua decadência e total obsolescência em “nosso tempo”<sup>5</sup>. Quando falo dos aspectos não filosóficos da política me refiro mais precisamente à linguagem e ao imaginário da política real ou da condição dada cujo seu principal protagonista não é o filósofo,

mas o homem comum ou o estadista. É nesse sentido que Strauss vê uma linha limítrofe como uma espécie de fronteira que divide a tradição do pensamento político e desvela o que veio a ser chamado tradicionalmente de “querela entre os antigos e os modernos”.

## O QUE É A FILOSOFIA POLÍTICA CLÁSSICA?

No ensaio *What is Political Philosophy?*, Strauss afirma: “quando descrevemos a filosofia política de Platão e Aristóteles como filosofia política clássica, estamos dizendo que esta representa a forma clássica da filosofia política” (STRAUSS, 1988, p. 27). Nesse contexto, Strauss argumenta que a filosofia política clássica tem origem em Sócrates, embora tenha sido conceitualmente aprimorada por Platão e Aristóteles (STRAUSS, 1992, p. 13). Essa forma de filosofia, segundo o autor, é marcada por aquilo que ele denomina “nobre simplicidade e grandiosidade tranquila” (*noble simplicity and quiet grandeur*) (STRAUSS, 1988, p. 27). O que está em questão, para o professor de Chicago, é que a filosofia política clássica possui essa característica justamente por não ter sido influenciada por outras tradições. De fato, no momento históri-

co em que ela emerge, todas as tradições políticas haviam sido abaladas, e ainda não existia uma tradição consolidada de filosofia política (Cf. Ibidem, p. 27-28)

Diante disso, Strauss observa que os filósofos clássicos adotavam uma abordagem inédita em relação às questões políticas: “eles olhavam as coisas políticas na perspectiva do cidadão esclarecido ou do estadista” (Ibidem, p. 27). Essa atitude decorre de um ponto que o próprio Strauss considera fundamental. Ele destaca que “os filósofos clássicos não olham as coisas políticas de fora, como meros espectadores da vida política. Eles falam a linguagem dos cidadãos ou dos estadistas: dificilmente utilizam um termo que não seja familiar ao mercado” (Ibidem, p. 28). Ao chamar a atenção para esse aspecto, Strauss parece preocupado com a acessibilidade da filosofia política, ressaltando que, ao adotarem essa postura, os filósofos clássicos tornavam suas reflexões compreensíveis tanto para os filósofos quanto para aqueles diretamente envolvidos com a prática política.

Portanto, na visão de Strauss, “a diferença mais notável entre a filosofia política clássica e a ciência política atual é que esta última não tem mais nenhuma preocupação com aquilo que era a questão central para a primeira: a questão da melhor ordem política” (STRAUSS, 1988, p. 79). Perceber isto, nos possibilita repensar todo projeto mo-

derno de ciência política e seus principais paradigmas<sup>6</sup>. Deste modo, os elementos mencionados acerca da filosofia política clássica, quais sejam; sua relação com os aspectos não filosóficos da vida política e sua busca pelo melhor regime, pela melhor sociedade ou pela melhor forma de viver, fazem deste tipo de filosofia política um tipo natural. Natural porque sua estrutura de análise da realidade estava alicerçada na natureza em detrimento daquilo que é meramente humano, *i.e.*, as convenções. Neste contexto, os clássicos em sua “simplicidade nobre e grandiosidade tranquila”, estavam conscientes da superioridade do que é natural diante daquilo que é historicamente construído e acordado entre os indivíduos, como as tradições e os contratos. Aspecto gerador da diferença fundamental entre *physis* e *nomos* enquanto a origem mesma da filosofia de maneira “*tout court*”.

De fato, Strauss deixa claro que a vida política ignora, originalmente, a ideia de natureza e não é, portanto, a princípio, consciente da diferenciação entre “o que é natural” e “o que é convencional”, ou a diferença entre *physis* e *nomos*<sup>7</sup>. Diante disso, o filósofo político, ciente do antagonismo radical entre natureza e convenção, busca estabelecer um equilíbrio entre esses dois polos, com o intuito de preservar certas verdades essenciais à vida na cidade. Esse equilíbrio é necessário para garantir não apenas a ordem política, mas também

a própria sobrevivência da filosofia, ainda que as verdades da cidade não coincidam com as verdades da filosofia ou da ciência, cuja finalidade é a compreensão da natureza. Nesse contexto, Strauss sustenta que a filosofia política clássica, por estar fundamentada na natureza e não na convenção, revela-se flexível e atenta às dificuldades humanas no trato com o poder e no enfrentamento de suas maldades e vicissitudes. Por isso, ela exige cautela e uma compreensão profunda no processo de transformação da mera opinião (*doxa*) sobre os assuntos políticos em conhecimento (*episteme*), como o próprio Strauss explica na passagem a seguir:

Eles falam a língua dos cidadãos ou estadistas: eles dificilmente usam um único termo que não é familiar ao mercado. Por isso, sua filosofia política é abrangente; é tanto teoria política quanto habilidade política que é tão aberta aos aspectos legais e institucionais da vida política quanto àquela que transcende o legal e institucional; é igualmente livre da estreiteza do advogado, da brutalidade do técnico, dos caprichos do visionário e da baixeza dos oportunistas. Ela reproduz e eleva à sua perfeição a flexibilidade magnânima do verdadeiro estadista, que esmaga os insolentes e poupa os vencidos. Está livre de todo fanatismo porque sabe que o mal não pode ser erradicado e, portanto, que as expectativas acerca da política devem ser moderadas. O espírito que a alma pode ser

descrito como serenidade ou sobriedade sublime (STRAUSS, 1988, p. 28).

Sendo assim, o que está em jogo para Strauss é o fato de que os filósofos políticos clássicos estavam comprometidos no processo de transformação da *doxa*, isto é, da opinião sobre as coisas políticas para a *episteme*, que por sua vez é o conhecimento das coisas políticas. Para tanto, era necessário se encarar com seriedade e respeito o caráter pré-filosófico da filosofia política, a saber; a mera opinião do cidadão comum. De fato, como explica Strauss, “todo conhecimento político está cercado de opinião política e entremeado por ela. Por opinião política entendemos, aqui, a opinião enquanto distinta do conhecimento das coisas políticas: erros, palpites, crenças, preconceitos, previsões e por aí vai” (Ibidem, p. 15). Portanto, a vida política configura-se como uma combinação entre conhecimento e opinião política. Nesse esforço de compreensão, os pensadores clássicos não adotavam uma postura externa, distante ou neutra. Ao contrário, suas análises não partiam de um ponto de vista impessoal ou excessivamente racionalista, como se fossem meros espectadores da vida política, munidos de um saber técnico moralmente indiferente.

Sobre esse aspecto, Strauss chama atenção para uma distinção primordial entre as perspecti-

vas antiga e moderna de filosofia política que aparece já em Descartes. Quando este baluarte inaugurador da mentalidade moderna desenvolve sua teoria do *cogito* superlativa o “eu” em detrimento do “tu” e do “nós”. Ao ver de Strauss, ao fazer isso, fora desconsiderada de forma consciente ou não, a mais importante relação humana, baseada no “eu – tu – nós”, relação que era conhecida pelos antigos pela palavra amizade (Ibidem, p. 28-29)<sup>8</sup>. No entanto, as análises científicas comuns ao “nosso tempo” nada falam sobre isso. Sobre o esforço de compreensão da filosofia política clássica, Strauss explica que:

A filosofia política clássica tentou alcançar a sua meta aceitando as distinções básicas feitas na vida política, exatamente no sentido e com a orientação em que elas eram feitas na vida política, pensando-as até o fim, compreendendo-as até o mais perfeitamente possível. Ela não partiu de distinções básicas entre, por exemplo, “estado de natureza” e “estado civil”, entre “fatos” e “valores”, entre “realidade” e “ideologias”, entre o “mundo” e os “mundos” das diferentes sociedades, ou entre “o Eu, o Tu e o Nós”, distinções que são estranhas e mesmo desconhecidas, à vida política enquanto tal e que têm origem apenas na reflexão científica e filosófica (Ibidem, p. 79-80).

Como se percebe na interpretação straussiana, o caráter específico da filosofia política clássica é a forma a qual ela lida com a vida política e com a realidade dada. Segundo o filósofo, os clássicos no que se refere à filosofia política não se apegavam a conceitos e abstrações, mas sim à realidade prática. Assim, para Strauss, isso aparece com maior clareza nas *Leis* de Platão, que para ele é a obra política *par excellence* do filósofo grego<sup>9</sup>. Esta afirmação se dá pelo fato de que a obra em questão se mostra como um diálogo sobre a lei e assuntos políticos em geral, do qual os protagonistas deste diálogo são homens velhos de cidades diferentes, um velho estrangeiro ateniense, um velho cretense e um velho espartano, esse episódio ocorre na ilha grega de Creta (Cf. STRAUSS, 1988, p. 29).

Assim, Strauss identifica, nesse diálogo monumental, a condição necessária e emblemática da filosofia política clássica. Trata-se de uma cena em que homens oriundos de diferentes cidades discutem opiniões provenientes de distintas tradições, mas partilham uma linguagem comum e perseguem um mesmo objetivo: conhecer o bem comum, independentemente do caráter histórico e relativista das convenções ou dos valores estabelecidos em suas respectivas culturas e cidades. Para Strauss, é precisamente nesse ponto que se encontra o traço distintivo da filosofia política clássica em relação à sua forma moderna e contempo-

rânea. O que a define é o fato de que, mesmo em um diálogo entre indivíduos com origens, crenças e tradições diversas, era possível buscar racionalmente o bem em si, por meio de uma investigação de caráter *zetético* (investigativo) (Cf. STRAUSS, 2000, p. 196). Assim, o bem era concebido como algo que transcende as convenções e o relativismo manifestos na diversidade dos códigos morais e costumes humanos, marcados pela mera facticidade histórica.

Nesse sentido, embora Strauss insista na existência de questões permanentes da condição humana (como o poder, a dor e a morte) que transcendem o tempo e o espaço, ele também reconhece um fenômeno igualmente inescapável: o fato de que cada comunidade política, em determinado tempo e lugar, formula concepções próprias de certo e errado, bem e mal, melhor e pior, distintas das de outras comunidades distantes em termos históricos e geográficos. Assim, o convencionalismo, por sua natureza, não possui fundamento na ordem natural, pois se apresenta como um arranjo artificial, isto é, uma espécie de acordo ou contrato que, embora possa promover a paz, não é capaz de produzir a verdade (Ibidem, p. 11).

No entanto, reconhecer que cada comunidade desenvolve suas próprias verdades e valores não significa que essas comunidades estejam em total desacordo entre si. Ao contrário, pode haver

pontos de convergência entre diferentes povos e épocas, o que sugere a existência de problemas humanos permanentes, decorrentes de necessidades comuns a qualquer agrupamento humano, independentemente de seu contexto histórico. Isso demonstra que Strauss não apenas reconhece, mas afirma a legitimidade e a necessidade da pluralidade de concepções morais, expressa na multiplicidade de códigos éticos baseados em convenções, como reflexo das inúmeras culturas que compõem o mundo humano (Cf. Ibidem, p. 16).

Sendo assim, ao considerar o convencionalismo como um instrumento fundamental para a vida em sociedade, é possível perceber que o universal se dá em uma comunidade política enquanto as verdades aceitas por um grupo são transformadas em “dogma público”. Deste modo, a necessidade do convencionalismo assim compreendido mostra que era amplamente aceita pelos antigos a constatação da total falta de sentido na história (Cf. Ibidem, p. 18). Isso foi percebido por Strauss como algo óbvio, a saber, a ausência de sentido na história e sua constante mutabilidade rumo a um caminho sempre desconhecido (Cf. Ibidem, p. 20). De fato, na visão de Strauss essa obviedade não teria passado despercebida para os antigos, na verdade, essa constatação foi escondida dado seu poder destruidor e corrosivo para qualquer sociedade, aspecto então compreendido como um peri-

go, caso fosse acessado de maneira livre e gratuita pelo homem comum.

Dado que a formulação dos valores varia profundamente entre culturas e períodos históricos, o papel do filósofo, segundo Strauss, é investigar o que há de comum entre os diversos códigos morais, ou aquilo que pode ser compreendido como um conhecimento político verdadeiro. Tal conhecimento, por ser naturalmente bom, poderia ser aceito e aplicado universalmente, independentemente do tempo ou lugar, pois não se fundamenta em meras opiniões ocasionais, mas em um saber genuíno (Cf. *Ibidem*, p. 11). Nessa perspectiva, a filosofia só é autêntica enquanto investigação orientada por uma postura cética (no sentido original do termo), centrada na busca pelo que é natural, isto é, por aquilo que transcende a multiplicidade das opiniões, das visões de mundo e ou “as cavernas”. Essa busca exige um questionamento radical, que não visa a uma solução definitiva, mas sim à compreensão mais profunda da realidade. Filosofar, portanto, consiste em reconhecer a própria ignorância, é saber que sabe que não sabe, o que impulsiona o filósofo à busca incessante da verdade. Trata-se de uma procura consciente de que o objeto desejado talvez jamais seja plenamente alcançado. No entanto, é precisamente esse fracasso ou essa impossibilidade de alcançar uma verdade final, que confere sentido e permanência ao exercício filosófico.

Em outras palavras, a filosofia ao ver de Strauss não se condiciona a responder perguntas ou demonstrar os objetos achados por sua investigação, mas sim pela experiência dessa investigação que acontece no pensamento e no cultivo do espírito especulativo, que não se cansa de contemplar e se perguntar sobre a totalidade das coisas. Sendo assim, a filosofia política clássica teria já em sua origem, a pretensão de superar o caráter antropomórfico e histórico de toda lei, tradição e convenção social. Nesse sentido, Strauss enfatiza que:

As questões primárias da filosofia política clássica, e os termos nos quais ela as postulou, não eram especificamente filosóficas ou científicas; eram questões levantadas em assembleias, conselhos, clubes e gabinetes, e elas foram postuladas em termos inteligíveis e familiares, pelo menos para todos os adultos sãos, a partir da experiência do dia a dia e dos usos do dia a dia. Essas questões têm uma hierarquia natural que provê a vida política, e, logo, a filosofia política, da sua orientação fundamental (1988, p. 80).

Deste modo, os antigos tinham a consciência da importância da tradição e da religião<sup>10</sup> para a manutenção da ordem civil e do *establishment* social da *polis* (Cf. STRAUSS, 1995, p. 27), pois “a

filosofia política clássica relacionava-se de modo direto com a vida política porque seu tema central era objeto de controvérsia real na vida política pré-filosófica” (STRAUSS, 1988, p. 84). Strauss enxerga nesse contexto, a figura do filósofo legislador, não qualquer legislador, mas sim o professor dos legisladores, já que o legislador real não lida com ideias, mas com a cidade real formada por indivíduos reais, o que limita completamente suas condições de ação e escolha, as quais estão entregues ao acaso e às contingências da realidade dada. Por outro lado, o filósofo é livre e ilimitado em suas reflexões (Cf. Ibidem, p. 86).

Por ser desta maneira, na visão de Strauss a racionalidade filosófica sozinha não possui os elementos necessários para compreender e lidar de forma efetiva com problemas políticos reais, pois as necessidades políticas sempre superam as necessidades filosóficas em sua emergência (Cf. STRAUSS, 1992, p. 23). Dessa forma, a filosofia em sentido amplo, se revela como um conhecimento investigativo e muito mais questionador do que formador e edificante em um primeiro momento<sup>11</sup>. Sua compreensão é restrita e direcionada ao conhecimento da totalidade das coisas. Acerca do que é a filosofia propriamente dita, Strauss explica bem no início de *What is political philosophy?* que:

A filosofia é, essencialmente, não a posse da verdade, mas a busca da verdade. O traço distintivo do filósofo é que “ele sabe que não sabe nada”, e que a sua visão sobre a nossa ignorância concernente à maioria das coisas o induz a lutar com todo o seu poder em busca do conhecimento. Ele deixaria de ser um filósofo ao fugir das questões concernentes a essas coisas ou, então, ao negligenciá-las porque elas não podem ser respondidas (1988, p. 11).

Essa visão acerca do que é a filosofia, desvela a necessidade de um ceticismo estratégico e fundamental à própria atitude filosófica genuína. Isso pode ser visto também em *On Tyranny*, onde Strauss afirma que a “filosofia não é conhecimento, mas busca por conhecimento” (2000, p. 194). Deste modo, Strauss ao insistir que a “filosofia no sentido original do termo é nada mais que o conhecimento da própria ignorância” (Ibidem, p. 196), eleva seu caráter investigativo (*zetético*) enquanto sua razão de ser. Seu clamor cético aparece como uma espécie de condição para existência mesma do modo de vida filosófico diante do perigo radical e iminente do sectarismo. Em *Reason and Revelation*, no esforço de distinguir filosofia e religião Strauss afirma que: “a filosofia se sustenta pela possibilidade de suspensão de juízo a considerar as questões fundamentais. Isto é dizer que a filosofia é cética (*Sceptical*): no sentido original do termo” (STRAUSS, In. MEIER, 2006, p. 147).

Strauss parece insistir no caráter cético e de disputa característico da filosofia genuína, para afirma-la não enquanto um tipo de conhecimento decisivo que traga respostas, mas sim comprometido com as perguntas (Ibidem, p. 148). Dessa forma, Strauss parece querer evidenciar o risco da atitude sectária e dogmática, sempre latente na própria atividade filosófica, ou, ainda, o perigo que surge quando a criação de conceitos e sistemas lógicos fechados gera verdades e premissas que passam a ser defendidas com fervor quase religioso por seus seguidores. Assim, considerando que a filosofia deve representar a busca contínua pelo conhecimento e, por isso mesmo, um afastamento do sectarismo, da religiosidade dogmática e das ideologias tomadas pelo fanatismo, revela-se um dos aspectos mais problemáticos da relação entre filosofia e sociedade. Isso porque a postura investigativa, crítica e inquieta do filósofo genuíno muitas vezes se mostra incompatível com as exigências de estabilidade da vida em comunidade, sustentada frequentemente por preconceitos, crenças infundadas e visões de mundo pouco elaboradas.

Assim, os filósofos clássicos se mostravam conscientes dessa dificuldade e dos limites naturalmente impostos ao *logos* filosófico, e por isso, desenvolveram justamente na filosofia política uma forma possível da filosofia compreender os problemas não filosóficos da vida política, isto é, a realidade dada marcada por problemas reais e

conflitos reais, e as emoções que esses conflitos evocam entre os seres humanos reais que habitavam a *polis* e se relacionavam mutuamente, a mostrar sua capacidade tanto para os mais belos atos quanto para as mais sórdidas crueldades.

Diante disso, o que pode se dizer é que os clássicos estavam conscientes de toda grandeza e baixeza humana, sabiam que o filósofo precisava de outra postura diante da multidão, já que para compreender as relações de poder entre os homens era necessário, sobretudo, ceder ao senso comum, para possibilitar o movimento fundamental de transformação da mera opinião política em sabedoria política. Essa postura, ao ver de Strauss, deu origem à filosofia política no contexto do pensamento clássico. Portanto, a filosofia política nasce como uma necessidade da filosofia em ampliar seu campo de alcance em relação à comunidade política. Para tal tarefa, a filosofia precisava se apresentar sob outras vestes, isto é, precisava falar a língua de seus interlocutores. Não apenas falar a mesma língua, mas conhecer seus anseios e aceitar muitas de suas opiniões e preconceitos, mesmo que absurdos e equivocados<sup>12</sup>. Assim, através da promoção desse diálogo tentar guiar os habitantes da cidade que estivessem mais abertos a isso, por um caminho mais cuidadoso em direção a uma vida virtuosa.

A solução prática para o desenvolvimento desse tipo político não é fornecida por Strauss, no entanto, a ideia que Strauss pretende resgatar é especificamente uma forma de encarar os problemas. Embora o professor de Chicago não tenha dado uma resposta direta e categórica que nos direcione a uma solução política em um sentido prático, é razoável concluir que ele parece julgar que a filosofia política clássica tem algo de superior em relação à moderna, por ter sido capaz de elaborar uma abordagem do fenômeno político a partir de uma investigação sobre a questão do melhor regime, com base nos regimes existentes e na condição mesma do humano como humano (Cf. STRAUSS, 1988, p. 79). Sobretudo, pelo fato de os antigos terem sido capazes de desenvolver um mínimo de entendimento e concordância entre si acerca de um aspecto fundamental da vida política. Precisamente sobre isso, Strauss afirma que, “há um acordo fundamental e ao mesmo tempo específico entre todos os filósofos políticos clássicos: o objetivo da vida política é a virtude, e a ordem mais propícia à virtude é a república aristocrática, ou então o regime misto” (STRAUSS, 1988, p. 40)<sup>13</sup>.

Dito isso, apenas a título de exemplo, essa característica específica do pensamento antigo tão valorizada por Strauss pode ser claramente observada no terceiro livro da *Política* de Aristóteles. Nessa obra, Aristóteles se empenha em examinar,

entre as diversas formas de governo possíveis, qual seria a melhor distribuição das virtudes em relação a cada regime, bem como identificar qual virtude política seria a mais relevante para a realização da vida feliz na *polis*, considerando sempre o tipo de governo em questão. A maior dificuldade de seu empreendimento parece residir justamente no reconhecimento de que os indivíduos são, por natureza, distintos e, portanto, aspiram a coisas igualmente diversas<sup>14</sup>. Em Platão a meta não era diferente, sua investigação sobre o melhor regime não se limita a dizer qual a melhor política, mas pretende, sobretudo, dizer a melhor forma de vida, isto é, qual o modo de vida mais feliz<sup>15</sup>. Portanto, a busca fundante da filosofia política clássica, a saber, qual o melhor regime, qual a melhor sociedade ou qual a forma mais justa e feliz de viver, perpassa de forma ulterior não por questões meramente teóricas, mas, por questões práticas, como “o que é virtude”? (STRAUSS, 1988, p. 90)<sup>16</sup>.

A reconsideração dessa e de outras questões fundamentais para os antigos é justamente o que está em jogo para Strauss. Segundo ele, a ciência política moderna tornou-se excessivamente teórica ou intelectualizada, perdendo, por assim dizer, uma característica essencial presente na ciência política de Sócrates, Xenofonte, Platão e Aristóteles, a saber, o diálogo com a multidão, isto é, o contato direto com a opinião comum. Nesse mesmo sentido, ela teria

assumido um viés demasiadamente cientificista, alterando profundamente seu vocabulário e tornando-se, assim, um campo inteligível e relevante apenas para homens e mulheres de ciência. No entanto, a política não existe para governar apenas cientistas ou filósofos, ela se destina ao governo da sociedade como um todo. E como filósofos e cientistas representam apenas uma fração diminuída da comunidade, a política precisa necessariamente lidar, de forma abrangente, com a multidão não esclarecida.

Portanto, para compreendermos a política de forma efetiva, é necessário entender os costumes, as tradições religiosas e o imaginário da multidão, isto é, entender a mera opinião do “ignorante” e a visceralidade do senso comum em suas práticas mais triviais e corriqueiras. No entanto, a ciência política moderna sob o pretexto de não perder sua cientificidade se absteve de lidar com “as coisas mesmas” do fenômeno da vida política ao alegar que costumes e valores não têm como serem compreendidos a luz da razão<sup>17</sup>, por serem fruto dos mitos e preconceitos populares característicos dos costumes e das superstições. Sendo assim, ainda nesse mesmo sentido, vale dizer que para Strauss, a ciência política moderna ao considerar que os valores não são passíveis de serem explicados racionalmente, desembocou na adoção de uma “neutralidade axiológica” que a

torna estruturalmente incapaz de compreender os fenômenos políticos como tais.

Na leitura de Strauss, isso ocorre pela influência direta das duas correntes intelectuais mais poderosa da contemporaneidade. O positivismo e o historicismo são, de fato, os obstáculos mais significativos para o “retorno” de Leo Strauss à experiência de pensamento dos antigos, especialmente quando se trata da análise dos aspectos pré-filosóficos da vida humana<sup>18</sup>. Positivismo e historicismo, por sua natureza excessivamente teórica, negligenciam aspectos fundamentais da vida cotidiana e do contato direto com a realidade humana concreta, que são essenciais para uma compreensão genuína da filosofia política, como a proposta por Strauss (Cf. STRAUSS, 1965). De fato, Strauss nos esclarece que os fenômenos políticos são intrinsecamente valorativos e uma ciência política que se recusa a falar a linguagem dos valores ao descrever os fenômenos políticos não é capaz, portanto, de apreender aquilo que é mais característico em tais fenômenos (Cf. STRAUSS, 2007).

Com efeito, é essencial compreender que, na perspectiva de Strauss, não se trata de afirmar que os antigos detinham respostas prontas para as mazelas do mundo contemporâneo. Trata-se, antes, de reconhecer que aqueles que, muito antes de nós, viveram e refletiram racionalmente sobre os fenômenos políticos e humanos, podem

nos oferecer valiosas pistas para pensar nossos próprios dilemas. Nesse contexto, é importante destacar que minha leitura não endossa a ideia de que Strauss tenha formulado uma agenda política baseada nos clássicos. Ao contrário, ele parecia plenamente consciente das limitações da filosofia política antiga diante dos problemas práticos de seu próprio tempo.

Existe, em sua proposta de retorno, um traço notavelmente fenomenológico, trata-se de buscar uma compreensão da vida política tal como ela se apresenta, anterior a qualquer sistematização teórica<sup>19</sup>. Strauss identifica, no modo de abordagem mais direto e experiencial dos filósofos antigos, um caminho mais adequado para se aproximar do fenômeno político. Isso que justifica, em última instância, seu apelo ao retorno. Afinal, não faria sentido imaginar que os clássicos possam oferecer soluções diretas aos desafios atuais, uma vez que apenas os vivos podem agir no presente, os pensadores do passado, por mais relevantes que tenham sido, já não podem intervir diretamente em nossa realidade.

O que está em jogo para Strauss, portanto, é evidenciar que a filosofia política moderna, é tão incapaz de resolver os problemas da contemporaneidade quanto a filosofia política clássica o era em relação aos dilemas práticos da *polis* grega. A diferença fundamental, no entanto, está no fato

de que os antigos não se deixaram iludir pela ideia de que os problemas humanos poderiam ser plenamente resolvidos, nem acreditaram que a natureza humana pudesse ser aperfeiçoada por meio de um projeto racionalista universal. O que a filosofia, ou a ciência política pode oferecer, em qualquer tempo, são experiências de pensamento, isto é, modos de compreender, interrogar e interpretar os desafios do viver coletivo. Nesse sentido, a restauração ou revalorização da ciência política clássica, ou melhor, a retomada de elementos epistemológicos centrais da filosofia política antiga deve, segundo Strauss, funcionar como um “retorno” a essa experiência reflexiva, a esse modo originário de compreender os problemas humanos, como veremos a seguir.

## SOBRE O SENTIDO DO “RETORNO” AOS CLÁSSICOS

O termo “retorno” (*Return*), utilizado por Strauss, deve ser compreendido com precisão. Essa compreensão é essencial para evitar interpretações apressadas ou descuidadas que reforcem equívocos e possíveis mal-entendidos quanto ao sentido de sua crítica. Como enfatizado em *Progress or Return?*, o “retorno”, tal como proposto por Strauss, não implica um simples saudosismo

ou repetição do passado, mas sim o reconhecimento de que se trilhou um caminho equivocado, um percurso mal conduzido, um itinerário desorientado, ou mesmo a chegada a um beco sem saída. Trata-se, portanto, da aceitação de um erro e da consciência de que é necessário voltar atrás, refazer o caminho e, de certo modo, arrepender-se. (STRAUSS, 1989, p. 249).

Como é possível perceber, Strauss não é um pensador nostálgico e nem muito menos um reacionário, definitivamente não se trata disso. Strauss também não é um classicista romântico, em seus textos demonstra um realismo agudo e de um tom verdadeiramente perturbador e inquietante, digno de quem possui uma plena consciência de que cada sociedade é responsável por si em seu próprio tempo e lugar. Evidentemente, não é possível voltar no tempo, fazer menção às sociedades antigas não implica dizer que essas sociedades não tinham defeitos e graves problemas. Retornar, no sentido straussiano, é olhar para trás, escutar atentamente aqueles que passaram por esse mundo e tiveram que lidar com os dramas da condição humana muito antes de nós e certamente em condições muito diferentes.

Portanto, em Strauss o termo “retorno” aparece como um ato de aprender com quem já viveu tudo antes, como numa relação entre mestre e pupilo, mas aprender é sempre aprender pa-

ra o futuro. Como é dito pela personagem de Sócrates em seu “elogio à velhice”, ao afirmar seu gosto pelo diálogo com os mais velhos, nessa ocasião, o homem mais sábio de Atenas diz que, “conversar com os idosos é aprender com eles como se fossem viajantes que nos precederam numa estrada que nós também, é possível, teremos algum dia de trilhar”<sup>20</sup>. De fato, retornar no sentido *stricto* e literal da palavra é impossível, e mesmo que fosse possível, provavelmente o passado não nos traria nada de superior em relação a qualquer outro tempo, dado a inexorabilidade e permanência dos problemas humanos.

Nesse sentido, a professora Leora Batnitzky é enfática ao afirmar que Strauss tenta recuperar a filosofia política clássica, não para retornar às estruturas políticas do passado, mas para reconsiderar as maneiras pelas quais os pensadores pré-modernos achavam necessário lutar e viver com as tensões, se não contradições, que por definição surgem da sociedade humana (BATNITZKY, *In*. SMITH, 2009, p. 41-42). Portanto, não há nada de reacionário nessa postura, diferentemente de Strauss, o reacionário parte da crença na possibilidade da restauração de um passado vivido ou não, onde na lembrança tudo era melhor, seja pelo cultivo da vida de acordo com a teologia, natureza ou metafísica, uma espécie de “era de ouro” que remete a uma concepção mais antropológica do que política ou histórica. Sobre isso, cito as palavras do

próprio Strauss sobre o retorno à filosofia política clássica:

O retorno à filosofia política clássica é ao mesmo tempo necessário e tentativo ou experimental. Não a despeito de seu caráter tentativo, mas por causa dele, tal retorno deve ser levado a sério, ou seja, sem olhar de soslaio para nossa crise atual. Não há perigo de que possamos nos esquecer dessa crise, uma vez que ela é a causa de toda nossa preocupação com os clássicos. Não podemos razoavelmente esperar que uma nova compreensão da filosofia política clássica nos forneça receitas para o uso atual. Pois o relativo sucesso da filosofia política moderna trouxe à tona um tipo de sociedade totalmente desconhecida para os clássicos, um tipo de sociedade à qual os princípios clássicos, tal como afirmados e elaborados pelos clássicos, não são imediatamente aplicáveis (1992, p. 11).

Nesse trecho de *The City and Man*, Strauss claramente explora o caráter experimental e reflexivo de sua proposta de retorno, enquanto tentativa de clarificação daquilo que julga ser os problemas perenes da existência humana que a filosofia política, enquanto um subproduto da filosofia, pretende compreender de forma elucidativa e compreensiva como forma de pensar os problemas. Ora, ainda com objetivo de tornar isso o mais claro

possível, considero importante voltar ao texto de Strauss, no trecho em que o filósofo parece ser ainda mais enfático quando insiste no mesmo argumento ao dizer que:

Só nós, vivendo hoje, podemos encontrar uma solução para os problemas de hoje. Mas uma compreensão adequada dos princípios elaborados pelos clássicos pode ser um ponto de partida indispensável para uma análise adequada, a ser alcançada por nós da sociedade atual em seu caráter peculiar, e para a sábia aplicação, que cabe a nós alcançar, desses princípios à nossa tarefa (Ibidem, p. 11).

Essa passagem é imprescindível, porque nela, se percebe claramente que a disposição de Strauss e seu olhar para Antiguidade não se trata de um recuo nostálgico, do qual também são acusados outros filósofos contemporâneos como Nietzsche, Heidegger e Hannah Arendt, autores dos quais alguns críticos enxergam uma “nostalgia do mundo grego” ou a evidência de uma “grecomania”, sobretudo, no que diz respeito à experiência da *polis*. Ora, como já foi dito anteriormente, não é possível voltar no tempo, na verdade é necessário evitar a crença de que no passado não havia problemas e que tudo era, por assim dizer, melhor e superior. Até mesmo um crítico de Strauss como Stanley Rosen, afirma que; “Strauss

não é um ludista nem um reacionário irracional. Tampouco é um excêntrico heterodoxo, ou mesmo um pensador revolucionário que é mal compreendido por causa da grande originalidade de suas visões” (ROSEN, *In*. SMITH, 2009, p. 120).

Na verdade, Strauss parece querer encarar de frente o drama da existência em toda sua complexidade, beleza e crueldade, imerso na constatação de que, embora o mundo permaneça essencialmente o mesmo, os problemas do passado eram diferentes. No entanto, os sentimentos evocados por esses problemas e as respostas psicológicas diante deles são surpreendentemente semelhantes, pois, no fim, ainda somos humanos. De fato, toda sociedade está presa à sua temporalidade, mas alguns problemas persistem, agora com novos contornos, moldados pelos avanços inquestionáveis das ciências naturais e das tecnologias, que surgem como subprodutos contingentes da história. Assim, ao olhar para o passado, o que podemos fazer é aprender com simplicidade a lidar com os desafios e intempéries do nosso tempo, sem grandes surpresas ou expectativas. Uma outra passagem clara e direta, que reforça o aspecto profundamente realista do pensamento straussiano, aparece em sua obra mais conhecida, *Natural Right and History*, ao refletir sobre a comum identificação do "melhor" com o ancestral, um ponto que fundamenta boa parte do argumento decadentista. Sobre isso, Strauss explica que:

Quanto à questão de saber se a condição real do homem no início era perfeita ou imperfeita, a resposta a ela decide se a raça humana é totalmente responsável por sua imperfeição real ou se essa imperfeição é “justificada” pela imperfeição original da raça. Em outras palavras, a visão de que o início do homem foi perfeito está de acordo com a equação do bom com o ancestral, bem como com a teologia e não com a filosofia. Pois o homem se lembrou e admitiu em todos os tempos que as artes foram inventadas pelo homem ou que a primeira era do mundo não as conheceu; mas a filosofia pressupõe necessariamente as artes; portanto, se a vida filosófica é de fato a vida certa ou a vida de acordo com a natureza, os primórdios do homem foram necessariamente imperfeitos (1965, p. 96-97).

Como se percebe, a identificação do passado com algo de melhor ou superior não possui suas bases na razão, mas sim numa fé. Portanto, qualquer tipo de reacionarismo não faz sentido se reivindicado a partir de um argumento filosófico. Nesse sentido, vale dizer que a relação de Strauss com a tradição não possui um olhar de admiração apaixonada e ingênua. Sobre isso, Nathan Tarcov afirma que, embora Strauss às vezes dê a impressão de ser e seja frequentemente considerado um defensor da “Grande Tradição” ou da “Tradição ocidental”, ele elogia a filosofia política clássica,

em primeiro lugar, por não ser tradicional, isto é, por não estar alicerçada em nenhuma tradição anterior, por ver a vida política de forma nova e não através de conceitos herdados, tomados como certos (TARCOV, *In*. MAJOR, 2013, p. 66). A *polis*, por sua vez, era o seu laboratório e os indivíduos dos mais variados tipos e ambições, seu objeto precípuo de investigação.

Isso nos conduz a compreender que Strauss não é um tradicionalista *per se*, que vê apenas naquilo que é herdado algo de bom e superior. Ele enxergou na filosofia política clássica algo de realmente original justamente pelo seu caráter espontâneo e de improviso, totalmente contingente já que os indivíduos precisavam lidar com os problemas reais de seu tempo, o que lhes exigia grande sensibilidade e tato, sobretudo, o conhecimento dos assuntos humanos que afligiam suas vidas de maneira direta e hodierna. Ainda na esteira de Tarcov, a pretensão de Strauss é a de contrastar a filosofia política clássica como essencialmente “prática”, ou principalmente preocupada com a orientação da vida política e com a busca da melhor ordem política, com a filosofia política ou teoria puramente descritiva ou analítica moderna (Ibidem, p. 72). Ora, essa manobra tenta tornar patente a necessidade da ciência política moderna reconsiderar elementos caros à ciência política clássica que foram esquecidos ou ignorados como a-científicos. Assim, ao fazer tais reconsiderações,

Strauss busca estabelecer novos modos de compreensão dos problemas atuais e redirecionar os caminhos para o futuro (Cf. STRAUSS, 1988, p. 93-94).

Ainda nesse mesmo sentido, Claes G. Ryn em seu artigo intitulado “Leo Strauss and History: The Philosopher as Conspirator”, parece reiterar a visão de Tarcov. Para Ryn, Strauss se opõe à tradição no momento em que advoga em favor dos antigos por serem guiados pela natureza e rejeita os modernos por se guiarem pela convenção. A valorização moderna da convenção exige inevitavelmente uma valorização radical da tradição construída através da história (Cf. STRAUSS, 1965, p. 120-121). Portanto, tacitamente Strauss em sua defesa da filosofia “contra a história”, está a defender a possibilidade de se encontrar o novo em detrimento da segurança tradicional, convencionalista e relativista do historicismo. Em outras palavras, rejeitar a tradição parece a única forma de se fundar uma nova elite intelectual que substitua a velha elite (RYN, 2005, p. 31-32) ou o cânone. Sendo assim: “O pensamento de Strauss subverte a lealdade aos ‘ancestrais’ e tradições de todos os tipos. Concordar com qualquer coisa a respeito filosófico porque é antigo, afirma Strauss, é renegar a filosofia”. Por fim, o comentador conclui dizendo que, “o pensamento de Strauss cria um profundo preconceito contra levar a tradição a sério. Ele põe em descrédito o hábito conservador de

olhar para as práticas e crenças humanas há muito estabelecidas como guias para os valores mais elevados da vida” (RYN, 2005, p. 36).

Deste modo, Strauss usa a tradição contra a tradição, não que isso venha a implicar em uma defesa de um conteúdo político progressista ou algo análogo, mas sim com o objetivo de afirmar que é possível através de um determinado tipo de educação inspirar os jovens a superar a crise intelectual de “nosso tempo”. Ao fazer isso, Strauss deslegitima completamente as tradições religiosas, intelectuais e culturais importantes do antigo mundo ocidental que sustenta a elite mais velha e a abdica lentamente. Dito de outra maneira, Strauss parece minar o edifício da tradição por dentro e faz isso sorrateiramente, promove assim, a possibilidade do surgimento do novo, tal esforço parece ser a única forma de proteger a filosofia em sua forma genuína, a saber, dinamitar a tradição que, em algum momento da modernidade se desviou e se transformou em um historicismo radical ou ideologia a serviço da secularização.

Estaria justamente aí o sentido mais profundo do “retorno” aos clássicos proposto por Strauss. Como já foi dito, eles (os antigos) não seguiam nenhuma tradição, todo seu conhecimento estava baseado na experiência e na transformação desse conhecimento empírico marcado pela mera opinião (*doxa*) em *episteme* ou conhecimento das

coisas políticas (Cf. STRAUSS, 1988, p. 91). Deste modo, se trata de reivindicar a retomada de um tipo de filosofia enquanto prática investigativa por excelência, especulativa e livre, que possuía em cada passo dado o saber de um estranhamento e um *eros* inexorável de superar a si mesma de forma contemplativa e desinteressada. De fato, os gregos tentam de maneira investigativa apontar as vantagens e desvantagens de seus regimes políticos reais, pois viam como vetor de uma sociedade não a política ou economia, mas a educação do espírito, isto é, a formação do *ethos* como algo decisivo para o sucesso ou fracasso de um regime. Sobre isso, Strauss argumenta que:

A filosofia política clássica via o homem sob uma luz diferente. Ela teve sua origem em Sócrates. E Sócrates estava muito longe de se comprometer com uma cosmologia específica que o seu conhecimento era conhecimento da ignorância. Conhecimento da ignorância não é ignorância. É conhecimento do caráter indefinível da verdade, do todo. Assim, Sócrates via o homem à luz do caráter misterioso do todo. Ele sustentava, portanto, que conhecemos melhor a situação do homem enquanto homem do que as causas últimas dessa situação (1988, p. 38-39).

Sendo assim, dizer “o que é o humano” ou qual seu sentido no mundo seria a função profun-

da de uma cosmologia enquanto uma epistemologia. No entanto, propor a abertura para o questionamento radical de sua situação no mundo, seria uma busca e não uma resposta, o que se constata é que essa é a busca da própria filosofia política clássica. Portanto, ela não está baseada em nenhuma cosmologia, não há nenhuma verdade que a sustente já de saída, como uma tábua de valores herdada dos deuses. Nesse sentido, pode-se dizer que ela se configura como a própria busca da verdade sobre o todo. De fato, a filosofia está entre duas formas de acessar o mundo, a primeira a matemática, ou tudo que está ligado à matemática, a segunda, as experiências da alma humana. Segundo Strauss, “a filosofia é caracterizada pela educação, e firme, recusa a cair em qualquer desses encantos” (Ibidem, p. 40), a forma mais alta de coragem e moderação, por isso, sua relação com a natureza, sua negação a ceder aquilo que é convencionalmente humano.

Em suma, o “retorno” proposto por Strauss deve ser compreendido como uma forma de escuta atenta às grandes mentes do passado, mas sem saudosismo. De fato, no passado não há nada de superior, é necessário se evitar a admiração ingênua comum do romantismo nostálgico, ao invés da ovação desmedida, o olhar para o passado deve ser cuidadoso e realista. Com toda força, sua compreensão deve nos iluminar diante da obscuridade dos problemas do agora, afinal é tudo que pode-

mos ter, a saber, a vivacidade do presente. Como bons alunos que aprendem com os grandes professores, uma análise acurada das reflexões do passado pode nos dar uma melhor compreensão no incerto caminho dos assuntos humanos. Nesse sentido, olhar para o futuro é sempre um mistério, que exige não a esperança ingênua, mas um tato privilegiado de quem já caminhou pelas sombras, foi ofuscado pela luz e à escuridão voltou.

## REFERÊNCIAS

ALTINI, C. **Philosophy as Stranger Wisdom. A Leo Strauss Intellectual Biography**. New York: State University of New York Press, 2022.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1985.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Edição de Giovanni Reale. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BATNITZKY, L. Leo Strauss and the “Theologico-Political Predicament”. In. SMITH, S. **The Cam-**

- bridge Companion to Leo Strauss.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BERTI, E. **Aristóteles no século XX.** Trad. Dion Davi Macedo, São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- PELLUCHON, Corine. **Leo Strauss and the crisis of rationalism: another reason, another enlightenment.** State University of New York, SUNY Press, 2014.
- PLATÃO. **A República.** Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo. Edipro, 2012.
- PLATÃO. **As Leis.** Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2021.
- PLATÃO. **Banquete, Fédon, Sofista e Político.** Trad. José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- PLATÃO. **Fedro, Eutífron, Apologia de Sócrates, Críton, Fédon.** Trad. Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2008.
- RYN, C. G. **Leo Strauss and History: The Philosopher as Conspirator, Volume XVIII, Nos. 1 and 2, HUMANITAS,** 2005.
- ROSEN, S. **Leo Strauss and the Problem of the Modern.** In. SMITH, S. B. **The Cambridge Companion to Leo Strauss.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SMITH, S. **Reading Leo Strauss: Politics, Philosophy, Judaism.** Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- SMITH, S. B. **The Cambridge Companion to Leo Strauss.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- STRAUSS, L. **An Introduction to Political Philosophy: Ten essays by Leo Strauss.** [Ed. Hilail Gildin]. Detroit: Wayne State University Press, 1989.
- STRAUSS, L. **Liberalism Ancient and Modern.** Foreword by Allan Bloom. Chicago: University of Chicago Press Edition, 1995.

STRAUSS, L. **Natural Right and History**. Chicago: The University of Chicago Press, 1965 (1953).

STRAUSS, L. **On Tyranny**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

STRAUSS, L. PANGLE, L. (Org.). **Rebirth of Classical Political Rationalism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989a.

STRAUSS, L. **Persecution and The Art of Writing**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988a (1952).

STRAUSS, L. Reason and Revelation, In. MEIER, H. **Strauss and the Theologico-Political Problem**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STRAUSS, L. **Studies in Platonic Political Philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

STRAUSS, L. **Seminar on Plato's Meno**, Spring, 1966, Edited by Jerry Weinberger, 2019.

STRAUSS, L. **The Argument and Action of Plato's Laws**. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

STRAUSS, L. **The City and Man**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992 (1964).

STRAUSS, L. **Thoughts On Machiavelli**. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

STRAUSS, L. **What Can We Learn From Political Theory?** The Review of Politics 69, University of Notre Dame 2007, (1943), pp. 515-529.

STRAUSS, L. **What is Political Philosophy? And Other Studies**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988 (1959).

TARCOV, N. Leo Strauss's "On Classical Political Philosophy". In. MAJOR, R. **Leo Strauss's Defense of the Philosophic Life Reading "What Is Political Philosophy?"** Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

ZUCKERT, C.; ZUCKERT, M. **The Truth about Leo Strauss. Political Philosophy and American Democracy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

## NOTAS

<sup>1</sup>Ver também sobre isso em: (STRAUSS, 1992, p. 17-18).

<sup>2</sup>Strauss afirma isso também em um curso de introdução à Filosofia Política ministrado em 1966 na Universidade de Chicago sobre o diálogo Mênon de Platão (Cf. STRAUSS, 2019, p. 1).

<sup>3</sup>Ler sobre isso, o ensaio *The three waves of Modernity* (STRAUSS, 1989, pp. 81-98).

<sup>4</sup>Sobre a diferenciação clássica entre esses tipos de ciências, ver o que é dito por Aristóteles em: (Metafísica, E 1; Tópicos VI 6, 145a 15-16).

<sup>5</sup>Sobre isso, Strauss afirma: “Hoje, a filosofia política encontra-se em um estado de decadência e quiçá de apodrecimento, se não desapareceu por completo” (STRAUSS, 1988, p. 17).

<sup>6</sup>Sobre isso, Enrico Berti afirma que Strauss é um dos principais e mais importantes filósofos responsável pela retomada e reavivamento de aspectos práticos fundamentais do pensamento antigo (Cf. BERTI, 1997, p. 231), em especial do pensamento aristotélico. Ainda sobre o mesmo assunto,

ver também o que comentador italiano afirma em: (Ibidem, p. 234).

<sup>7</sup>Ver o que ele diz sobre isso no começo do terceiro capítulo de *Natural Right and History* (1965). Ver Também: (STRAUSS, 1992, p. 14-15).

<sup>8</sup>Ver o que é dito sobre a amizade no diálogo: *Fedro*, (279 c). ver também o que é dito por Aristóteles sobre o mesmo tema em: (*Política*, livro III, 1280b1, 38-41).

<sup>9</sup>Ler sobre Isso: (STRAUSS, 1975). Onde Strauss observa e afirma contrariamente a uma opinião comum, que é realmente nas “Leis”, e não na “República”, que Platão busca descrever ‘pormenorizadamente a natureza da melhor ordem política possível, a partir de uma discussão sobre o problema das leis e do regime.

<sup>10</sup>No *Político*, Platão através da personagem do Estrangeiro explica sobre a utilidade da religião e sua funcionalidade para vida da multidão e da comunidade política. Ver isso em: (*Político* 290 c-e). Nas *Leis*, sobretudo no livro X, Platão evidencia a utilidade da religião de uma forma ainda mais explícita e sistemática.

<sup>11</sup>Sobre isso, Strauss afirma que, “não deve ser o objetivo da filosofia ser edificante, embora inevitavelmente ela seja” (Cf. STRAUSS, 1958, p. 299).

<sup>12</sup>Sobre o conflito entre o filósofo e a cidade e os limites da razão filosófica nos assuntos políticos, os ensaios que compõe o *Persecution and the Art of Writing* são uma leitura fundamental para com-

preender esta problemática no pensamento de Strauss, com ênfase na introdução do livro e ao primeiro ensaio que leva o mesmo título (1988a, pp. 7 – 37), Strauss explora o caráter corrosivo da filosofia para a manutenção da comunidade política, o que muitas vezes resultou na perseguição dos filósofos ou daqueles que pensam diferente. Para lidar com esta temática, ele explica não apenas as funções da distinção entre a escrita exotérica e esotérica, mas também de que maneira os filósofos pré-modernos precisaram desenvolver uma técnica de escrita peculiar para conviver com a visão conservadora dos habitantes da cidade e os defensores das tradições.

<sup>13</sup>A respeito desse assunto, ver o que Strauss diz em: (2000, p. 192-195), ou mesmo no cap. IV de *Natural Right and History*, (1971).

<sup>14</sup>(Cf. *Política*, livro III, 1276 b1, 1277 a1).

<sup>15</sup>(Cf. *A República*, livro IX, 578 e 6-10).

<sup>16</sup>Ver o que Catherine e Michel Zuckert dizem sobre isso em: (2006, p. 28).

<sup>17</sup>Sobre a distinção entre fatos e valores característica do pensamento moderno na compreensão de Strauss, consultar: (1965, pp. 35-80).

<sup>18</sup>Na interpretação de Strauss, ambos os movimentos, o positivismo e o historicismo, ao se concentrarem excessivamente em abordagens teóricas e contextuais, desconsideram a importância dos aspectos pré-filosóficos da vida humana, como as emoções, os valores, as experiências co-

tidianas e as questões morais e existenciais que os antigos abordavam em sua filosofia política. Strauss busca, com seu "retorno", uma reflexão mais profunda sobre esses aspectos, que ele vê como fundamentais para uma compreensão autêntica da política, algo que o positivismo e o historicismo, por sua limitação teórica e contextual, não conseguem captar adequadamente.

<sup>19</sup>Em sua crítica ao positivismo e ao historicismo, Strauss apresenta muitas afinidades com a fenomenologia de Edmund Husserl, embora suas influências filosóficas não se restrinjam exclusivamente a esse campo. A fenomenologia, tal como proposta por Husserl, busca uma abordagem mais primitiva e direta da experiência, suspendendo as pressuposições teóricas e retornando ao “dado imediato” da consciência. Nesse sentido, tanto Strauss quanto Husserl valorizam a experiência direta e a reflexão profunda sobre a realidade, em contraste com abordagens reducionistas que desconsideram ou ignoram a complexidade da experiência humana concreta (Cf. STRAUSS, p. 1983). Ver também sobre isso: (PELLUCHON, 2014). Como se sabe, ainda muito jovem, Strauss foi aluno de Husserl e Heidegger na Alemanha. Durante sua vida, Strauss tanto em cartas quanto em conferências assumiu abertamente o impacto desses filósofos em sua formação intelectual (Cf. ALTINI, 2022).

<sup>20</sup>(Cf. *A República*, I, 328 d).